



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL
DE ABAETETUBA**

C.N.P.J.: 04.363.065/0001-52

**ATA Nº. 014 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ABAETETUBA, REALIZADA EM 10.04.2024.**

1 Aos dez dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, no plenário da Câmara
2 Municipal de Abaetetuba, Mário Ferreira Fonseca, precisamente às 09h:17min., o Senhor Vice-
3 Presidente, vereador Gilberto Raulino Costa, solicitou ao Senhor 1º Secretário, vereador
4 Cristiano Silva Lopes, que realizasse a chamada dos Senhores vereadores e das Senhoras
5 vereadoras presentes, da qual constaram o(a)s seguintes: Gilberto Raulino Costa –
6 REPUBLICANOS, Cristiano Silva Lopes – MDB, José Edinício Cunha – PSDB, Ezequiel Viégas
7 do Rego – União Brasil, Jociane de Jesus Bitencourt Dias – PSDB, Max Willian Sousa Farias –
8 MDB, Reginaldo Rodrigues Mota – PSD, Fernandes de Oliveira Anselmo – PODEMOS,
9 Geliney Matos de Carvalho – MDB, Emerson João Negrão Rodrigues – MDB, Éder da Silva
10 Feio – PSB, Gilvaldo Quaresma – União Brasil, Maria Madalena Silva da Silva – PSOL e Sotério
11 Oliveira Fagundes – PSDB. Havendo número legal, o Senhor Vice-Presidente invocou a
12 proteção de Deus e declarou aberto os trabalhos da presente sessão, submetendo à discussão
13 as atas das sessões ordinárias dos dias 27.03 e 03.04. Não havendo quem discutisse, as
14 respectivas atas foram submetidas à votação e aprovadas por unanimidade pelo plenário em
15 única discussão e votação. Ato contínuo, solicitou do Senhor 1º Secretário que fizesse a leitura
16 do expediente recebido. Do expediente constou: Projeto de Lei nº. 018/2024, que “altera
17 dispositivos da Lei Municipal nº.700/2024 e dá outras providências”, de iniciativa do vereador
18 Aluísio Monteiro Corrêa; **Requerimento Verbal nº. 009/2024**, pelo qual o vereador Ezequiel
19 Viégas solicita da Mesa Diretora a emissão de **Votos de Pesar** em virtude do falecimento da
20 Senhora Renilda do Socorro Rodrigues Cardoso; **Requerimento Verbal nº. 010/2024**, pelo qual
21 o vereador Aluísio Monteiro Corrêa solicita da Mesa Diretora a emissão de **Votos de Pesar** em
22 razão do falecimento da irmã Antonieta Negretto; **Ofício nº. 24/2024-PROJUR/PMA**. Assunto:
23 alteração nº. 058/2024 do Projeto de Lei nº057/2024; **Ofício nº. 200/2024-GP ITERPA**. Assunto:
24 cópia da 1ª publicação do Edital, diário oficial nº35773, datado de 08.03.2024, referente ao
25 reconhecimento do domínio coletivo da Associação Quilombola São Jorge, localizada no Ramal
26 do Caeté, km 04, zona rural no Município de Abaetetuba; **Ofício nº. 201/2024-GP ITERPA**.
27 Assunto: cópia da 1ª publicação do Edital, diário oficial nº. 35773, datado de 08.03.2024,
28 referente ao reconhecimento do domínio coletivo da Comunidade Quilombola da Vila do
29 Cruzeiro, localizada na margem esquerda do igarapé Caeté, km 04, zona rural no Município de
30 Abaetetuba. No horário destinado ao **PEQUENO EXPEDIENTE**, fizeram o uso da palavra os
31 Senhores vereadores: Cristiano Lopes, Edinho Silva, Fernandes Anselmo, professora Madalena
32 Silva, e Regi Mota. Na ocasião, os parlamentares fizeram os cumprimentos de praxe e
33 prestaram contas de suas atividades legislativas. Em particular, vereador Fernandes Anselmo
34 falou da articulação dos conselheiros tutelares junto ao Executivo em prol de melhorias
35 remuneratórias, destacando também a atenção que a gestão municipal teve em relação ao
36 anseio da categoria, que teve como produto a formatação do PL 012/2024, pautado na Ordem
37 do Dia. Ademais, a vereadora professora Madalena Silva convidou a todos para a sessão solene
38 que acontecerá no próximo dia 11/04, às nove horas, no plenário da CMA, cuja pauta será o
39 debate atinente à formatação de políticas públicas para as pessoas com deficiência, e o Senhor
40 vice-Presidente justificou a ausência do vereador Aluísio Corrêa em razão de problemas de
41 saúde. Chegando do horário destinado à **TRIBUNA POPULAR**, o Senhor Vice-Presidente concedeu
42 a palavra ao Senhor Jucilei Barbosa Rodrigues, Conselheiro Tutelar. Na ocasião, falou da



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL
DE ABAETETUBA**

C.N.P.J.: 04.363.065/0001-52

43 atuação do Conselho Tutelar, explanou o histórico da política remuneratória dos conselheiros e
44 do sistema de dedicação exclusiva ao qual os conselheiros, por força de lei, estão sujeitos.
45 Atinente à política remuneratória disse que a categoria conseguiu um adicional emergencial de
46 trinta por cento desde o ano passado (2023), e a partir de então vêm discutindo com o Poder
47 Executivo melhorias na remuneração, o que resultou na proposta de Lei que será apreciada na
48 presente sessão. Ante o exposto, pediu voto favorável dos Senhores vereadores ao Projeto de
49 lei nº 012/2024, agradecendo a todos os envolvidos e também a Casa Legislativa pela
50 apreciação. Por fim, destacou a implementação do SIPIA no âmbito municipal, ferramenta
51 essencial para a apropriação e análise de dados, auxiliando assim o Poder Público na
52 formatação de políticas públicas com vistas à inviolabilidade dos direitos das crianças e
53 adolescentes. Passou-se então ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Devidamente inscrito, pronunciou-se o
54 vereador José Edinício para parabenizar os conselheirostutelares pelo trabalho que exercem e
55 pela articulação em prol do ganho salarial que terão após a aprovação do PL 012/2024.
56 Ressaltou o esforço do Poder Executivo em conceder o adicional de 50% à remuneração dos
57 conselheiros, bem como as Comissões permanentes da Casa pelo envolvimento e darem
58 celeridade na tramitação da matéria. Por fim, disse que certamente a SEMOB tem ciência das
59 demandas do bairro Chicolândia; contudo, a realização de obras no período chuvoso e com as
60 altas das marés, causariam transtornos maiores àquela população. Pronunciou-se o vereador
61 Cristiano Lopes para repercutir sobre o evento promovido pela SEFIN e o lançamento do
62 aplicativo que modernizará o sistema de tributação no município e melhorará muito a vida dos
63 empresários, além de possibilitar maior integração entre as diversas Secretarias Executivas do
64 governo. Destacou ainda a nova estrutura da SEFIN, a qual ganhará prédio próprio cedido pelo
65 governo do Estado através da articulação do Deputado Vanderlan Quaresma. Por fim, repercutiu
66 sobre a onda de violência nas ilhas do município, onde piratas estariam cometendo diversos
67 crimes. Argumentou que tal fato tem causado grande preocupação em alunos e professores, daí
68 a necessidade de que o patrulhamento policial possa ser intensificado, em particular, nas
69 proximidades das escolas situadas nos rios Quianduba e Anequara. Pronunciou-se o vereador
70 Gilvaldo Quaresma para também reconhecer a importância do ofício e da função dos
71 conselheiros tutelares e parabenizá-los pelos debates com o Poder Executivo, de onde surgiu a
72 proposta de 50% de adicional aos vencimentos da categoria. Prosseguindo, prestou contas de
73 suas atividades legislativas e concluiu discutindo sobre o objeto da Proposição de sua autoria,
74 pela qual solicita a reforma da escola Nossa Senhora do Carmo, no rio Marinquara. Pronunciou-
75 se o vereador Edinho Silva para dizer que votará favoravelmente ao PL 012/2024, mas dizer aos
76 conselheiros que o adicional ao qual o PL faz referência não incidirá na remuneração base da
77 categoria, mas sim do adicional de risco de vida que fazem jus os membros do conselho tutelar.
78 Em continuidade, criticou a atuação da SEMEIA por ter, recentemente, derrubado duas árvores
79 nas praças da Bandeira e do Cristo Redentor, enquanto multa periodicamente a população por
80 supostos danos ao meio ambiente. Criticou também a não observância da lei que trata sobre o
81 despejo dos resíduos sólidos no município, o que vem onerando o ente em face de multas que
82 vem recebendo. Concluindo, argumentou que os problemas no bairro Chicolândia não têm
83 relação com chuvas ou marés, já que são eventos presentes no cotidiano da população, mas
84 sim com a má aplicação dos recursos públicos, fato verificado inclusive pelo TCM-Pa em relação
85 à medição do asfalto e da aquisição de tubulações. Pronunciou-se o vereador Fernandes
86 Anselmo para frisar que o adicional de 50% que trata o PL 012/2024 será sim calculado sobre o
87 vencimento dos conselheiros tutelares. Ademais, argumentou que não há como não levar em
88 consideração a grande quantidade de chuva e a marés altas desse período para a ocorrência de



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL
DE ABAETETUBA**

C.N.P.J.: 04.363.065/0001-52

89 pontos de alagamentos, justificando que mesmo a capital do Estado e outras cidades do Sul do
90 Brasil apresentam este problema. Por fim, questionou que avanços os conselheiros tutelares ou
91 mesmo os servidores municipais obtiveram no governo anterior e os motivos pelos quais os
92 que estavam diretamente (ou indiretamente) naquela gestão não tiveram o mesmo empenho
93 que têm hoje. Pronunciou-se a vereadora Professora Madalena Silva para dizer que a luta
94 coletiva encampada pelos conselheiros tutelares foi crucial para que hoje a categoria possa estar
95 sendo contemplada pelo PL n.º.012/2024. Destacou ainda a criação do SIPIA, argumentando
96 que a ferramenta será essencial para a formulação de políticas públicas mais efetivas em
97 relação à inviolabilidade dos direitos das crianças e adolescentes. Prosseguindo, manifestou sua
98 solidariedade em virtude do falecimento da irmã Antonieta Negreto, e destacou o grande legado
99 que a missionária deixou no município, em que pese o pouco reconhecimento de seus atos. Por
100 fim, disse que olhar um problema por apenas uma perspectiva impede que tenha a clareza dos
101 fatos. Daí, olhar os graves problemas do bairro Chicolândia apenas levando em considerações
102 questões climáticas esconde demandas por ações efetivas em infraestrutura, políticas
103 educacionais e de saúde pública, argumentou a parlamentar. Pronunciou-se o vereador
104 Ezequiel Viégas para esclarecer que as árvores que foram cortadas por ordem da SEMEIA,
105 referenciadas pelo vereador Edinho Silva, estavam fadadas a cair e com risco potencial de
106 causarem acidentes; fato atestado pela SEMEIA com laudos técnicos e sugestões inclusive do
107 próprio Ministério Público do Estado. Feita esta colocação, criticou a forma como se passou
108 a informação à população e sugeriu que este possa estar se informando melhor a respeito antes
109 de proceder acusações infundadas à pasta. Por fim, discutiu acerca do objeto da Proposição de
110 sua autoria, solicitando votos favoráveis de seus pares. Pronunciou-se o vereador Sotério
111 Fagundes para também esclarecer a motivação da equipe técnica da SEMEIA em derrubar as
112 duas árvores mencionadas pelo vereador Edinho Silva, a saber: apresentarem risco de queda e
113 a integridade física dos transeuntes daqueles locais. Dito isso, argumentou que seu papel de
114 portador de informações corretas tem se intensificado nos últimos meses em virtude da
115 propagação de notícias falsas pela oposição, e concluiu chamando a atenção dos vereadores
116 Regi Mota e Edinho Silva para a forma irresponsável que vêm fazendo oposição, argumentando
117 que não será diminuindo os outros que serão coroados com seus objetivos. Pronunciou-se o
118 vereador Max Fera para dizer que, após o período chuvoso, existe um cronograma de serviços
119 específico para o bairro Chicolândia, já que no atual período não se podem fazer muitas
120 intervenções. Contudo, frisou que o bairro não tem demandas apenas de infraestrutura, mas
121 principalmente de abastecimento de água, que precisa urgentemente ser resolvido junto a
122 COSAMPA. Ao final, discutiu sobre a necessidade de serviços de recuperação do asfalto das
123 ruas Paulo Sena, Frei Galvão e Monte Sião. Pronunciou-se o vereador Regi Motapara para dizer que
124 as árvores cortadas são apenas um fato, citando o aterramento do poço da moça, a
125 contaminação de sete igarapés em virtude da má gestão do aterro sanitário. Em relação ao
126 pleito dos conselheiros tutelares, disse que gostaria de votar o aumento de seus vencimentos e
127 não apenas uma gratificação, já que são dez conselheiros apenas. Prosseguindo, questionou
128 seus pares se conhecem realmente o município, argumentando que não existe e nunca existiu
129 problemas com as marés altas no bairro Chicolândia, afirmando que o Poder Público teria
130 jogado dinheiro no lixo com a realização da obra que deveria amenizar o problema de
131 alagamento em algumas vias do bairro, mas que está causando transtornos à população do
132 local. Por fim, repercutiu acerca da reportagem do Balanço Geral que evidenciou de forma
133 negativa a prestação dos serviços de saúde na UPA do município. Anunciada a **ORDEM DO DIA**, o
134 Senhor Vice-Presidente informou que vereadora Jô Dias teve que se retirar do plenário em



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL
DE ABAETETUBA**

C.N.P.J.: 04.363.065/0001-52

135 virtude de problemas de saúde e passou a submeter ao plenário a matéria em pauta. Em pauta
136 o **Projeto de lei nº. 012/2024**, que “altera a Lei Municipal nº. 038/1991, incluindo os §§ 1º e 2º do
137 Art. 26 e incluindo também a seção VI e seus respectivos Artigos ao Capítulo IV e dá outras
138 providências”, de iniciativa do Poder Executivo. Lido o parecer favorável exarado pela
139 **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final** ao Projeto de lei em epígrafe, passou-se à
140 discussão da peça opinativa pelo plenário. Não havendo quem discutisse, o parecer da
141 Comissão foi submetido à votação e aprovado por unanimidade pelo plenário em única
142 discussão e votação. Lido o parecer favorável exarado pela **Comissão de Finanças e**
143 **Orçamento** ao projeto de lei em apreço, passou-se à discussão da peça opinativa pelo plenário.
144 Na ocasião, o vereador Regi Mota propôs a alteração da Lei Municipal nº.361/2013, já que a
145 mesma não sofre alteração há 11 anos, o que prejudica a grande massa dos servidores
146 municipais em virtudes das perdas inflacionárias do período. Argumentou que tal
147 alteração ajudaria diversas categorias de servidores e inclusive os Conselheiros Tutelares, que
148 atualmente estão enquadrados no Padrão-36, com remuneração de R\$ 2.956,00. Feita esta
149 observação, solicitou que a base do governo pudesse estar encaminhando projeto de lei
150 indicativo ao Poder Executivo peticionando tal alteração. Submetido à votação, o parecer da
151 Comissão foi aprovado por unanimidade pelo plenário em única discussão e votação. Em
152 continuidade, o Senhor Vice-Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretário que fizesse a leitura
153 do Projeto de Lei nº.012/2024. Submetido à discussão, o vereador Sotério Fagundes
154 parabenizou a articulação feita por todos os conselheiros tutelares em prol de melhorias salariais
155 e destacou a sensibilidade da gestão atual em atender a demanda do colegiado. Destacou ainda
156 que o presente Projeto de lei nada tem relação com a lei citada pelo vereador Regi Mota (Lei
157 361/2013). Disse ainda que o parlamento sequer pode propor a alteração solicitada pelo seu
158 par, visto que acarretaria ônus financeiro ao Poder Executivo. Ainda em discussão o vereador
159 Fernandes Anselmo disse que é favorável em discutir melhorias salariais para os servidores
160 públicos municipais; contudo, argumentou que a Câmara não pode invadir a competência
161 exclusiva do Poder Executivo e propor Projeto de lei dessa natureza. Prosseguindo, disse que
162 as Comissões e o plenário estão apenas apreciando aquilo que ficou acordado em reunião entre
163 o Executivo e o colegiado, fazendo, pois, questão de destacar esse fato inclusive perante os
164 conselheiros presentes na sessão. Daí, questionou o porquê de os parlamentares interferirem
165 em tal negociação. Por sua vez, o vereador Regi Mota divergiu de seus pares e argumentou que
166 a Casa Legislativa tem sim a prerrogativa de propor alteração a Lei Municipal nº.361/2013,
167 reiterando seu pedido de produção de projeto de lei indicativo propondo as devidas alterações
168 na referida legislação. Ademais, disse que os conselheiros também teriam um ganho com a
169 alteração, já que hoje são remunerados como assessores especiais, com atribuições muito mais
170 complexas do que esse o padrão exige. Em continuidade à discussão o vereador Edinho Silva
171 disse que votará favoravelmente ao Projeto de lei em discussão; contudo, falou que o disposto
172 no Art. 4º do Projeto precisa ser cumprido pelo Executivo, argumentando que o governo não
173 costuma cumprir os acordos que firma, citando o exemplo do feito com o Sintepp. Ainda em
174 discussão, o vereador Emerson Negrão criticou a oposição em oportunizar o debate e passar a
175 imagem à população de que só estes sabem o que os servidores e povo do município precisam.
176 Falou que é sabido por todos os riscos que são inerentes à função de conselheiro tutelar, e que
177 a categoria prosseguirá discutindo melhorias de condições de salário e trabalho junto ao Poder
178 Executivo, mas que se existe um acordo entre o colegiado e o Executivo, cabendo à Câmara
179 respeitar a articulação feita pela categoria. Por fim, disse que também é favorável em discutir
180 alteração na Lei citada pelo vereador Regi Mota, já que categorias como técnicos em



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL
DE ABAETETUBA**

C.N.P.J.: 04.363.065/0001-52

181 informática, técnicos em edificações, técnicos topógrafos e várias outras categorias estão com
182 defasagem salariais, frisando, no entanto, a competência do Executivo em encaminhar para a
183 Casa Legislativa matérias que versem sobre os servidores públicos municipais. Na mesma
184 esteira, o vereador Gelciney Matos disse que a oposição mais uma vez tenta desviar o foco da
185 discussão e diminuir o ganho financeiro que os conselheiros terão com a aprovação do Projeto
186 de lei em análise; terminou sua fala parabenizando articulação feita pelo colegiado e exaltou o
187 ofício dos conselheiros a fim de que sejam de fato garantidos os direitos das crianças e
188 adolescentes. Submetido à votação, o Projeto de lei nº.012/2024 foi aprovado por unanimidade
189 pelo plenário em 1ª discussão e votação. Em pauta o **Projeto de lei nº. 016/2024**, que
190 “reconhece como Utilidade Pública Municipal a entidade denominada “Fazenda Esperança Dom
191 Ângelo Frosi” e dá outras providências”, de iniciativa do vereador Ezequiel das Campanhas. Lido
192 o parecer favorável exarado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto
193 de lei em epígrafe, passou-se à discussão da peça pelo plenário. Na ocasião, o vereador
194 Ezequiel Viégas (proponente) falou da atuação da Fazenda da Esperança no município no que
195 tange a recuperação de mulheres da dependência química e no fortalecimento espiritual.
196 Ademais, destacou que com este título a entidade fica habilitada a receber emendas
197 parlamentares e também recursos de particulares. Ainda em discussão, o vereador Cristiano
198 Lopes parabenizou o proponente da matéria e disse que esteve visitando a Fazenda da
199 Esperança com o ex-vereador Flair Nobre e que na ocasião ficou muito satisfeito com o que
200 pode observar no local. Dito isso, argumentou que reconhecida como de Utilidade Pública a
201 entidade poderá contribuir de maneira mais efetiva para a continuidade e expansão dos
202 trabalhos da Fazenda. Submetido à votação, o parecer da Comissão foi aprovado por
203 unanimidade pelo plenário em única discussão e votação. Em prosseguimento, o Senhor Vice-
204 Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretário que fizesse a leitura do Projeto de lei nº.016/2024.
205 Submetido à votação, não houve debatedores inscritos. Submetido à votação, o Projeto de lei
206 nº.016/2024 foi aprovado por unanimidade pelo plenário em 1ª discussão e votação. Em pauta o
207 **Projeto de lei nº. 017/2024**, que “institui a Semana Municipal da Segurança Pública, insere no
208 Calendário Municipal o dia do profissional da Segurança Pública e dá outras providências”, de
209 iniciativa do vereador Aluísio Monteiro Corrêa. Lido o parecer favorável exarado pela Comissão
210 de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de lei em epígrafe, passou-se à discussão da
211 peça opinativa pelo plenário. Não havendo quem discutisse, o parecer da Comissão foi
212 submetido à votação e aprovado por unanimidade pelo plenário em única discussão e votação.
213 Em prosseguimento, o Senhor Vice-Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretario que realizasse
214 a leitura do Projeto de lei nº.017/2024. Submetido à discussão, não houve debateres inscritos.
215 Submetido à votação, o Projeto de lei nº 017/2024 foi aprovado por unanimidade pelo plenário
216 em 1ª discussão e votação. Em pauta as **Proposições Legislativas: Proposição nº.077/2024** –
217 de iniciativa do vereador Aluísio Corrêa, o qual requer que a mesa executiva da câmara envie
218 expediente a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, Francineti Maria Rodrigues Carvalho,
219 bem como ao Secretário Municipal de Educação, Senhor Jefferson Felgueiras, solicitando a
220 revitalização da quadra de areia de Vila de Beja (em frente a igreja de São Miguel) com a
221 realização dos seguintes serviços: melhorias no portão, reparos na rede e tratamento na areia,
222 para que o espaço ofereça condições de comodidade e segurança para todos àqueles que vão
223 ali para realizarem suas práticas esportivas;**Proposição nº.078/2024** –de iniciativa do vereador
224 Emerson Negrão, o qual requer que a Mesa Executiva da Câmara envie expediente a
225 Excelentíssima Senhora Prefeita municipal, Francineti Maria Rodrigues Carvalho, e a Secretaria
226 Municipal de Obras, solicitando a construção de uma praça, com bancos e brinquedos na



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL
DE ABAETETUBA**

C.N.P.J.: 04.363.065/0001-52

227 comunidade Nossa Senhora de Aparecida, localizada na rodovia Pa 409 – km 09 – estrada de
228 Beja, no município de Abaetetuba;**Proposição nº.079/2024**–de iniciativa do vereador Ezequiel
229 das Campanhas, o qual requer que a Mesa Executiva da Câmara envie expediente a
230 Excelentíssima Senhora Prefeita municipal, Francineti Maria Rodrigues Carvalho, solicitando a
231 ampliação do número de médicos por plantão na Unidade de Pronto Atendimento de Abaetetuba
232 (UPA);**Proposição nº.080/2024**–de iniciativa do vereador Fernandes Anselmo, Sabiá, o qual
233 requer que a Mesa Executiva da Câmara envie expediente a Excelentíssima Senhora Prefeita
234 municipal, Francineti Maria Rodrigues Carvalho, solicitando que autorize a Secretaria de Obras
235 a realizar os serviços de limpeza e asfaltamento da Alameda Pereira, localizada na Travessa
236 EmercindoMaués, próximo ao açougue Boi Branco, no bairro Mutirão;**Proposição nº.081/2024**–
237 de iniciativa do vereador Gelciney Matos, Gel, o qual requer que a Mesa Executiva da Câmara
238 envie expediente a Excelentíssima Senhora Prefeita municipal, Francineti Maria Rodrigues
239 Carvalho, e a Secretaria Municipal de Obras, solicitando a realização de terraplenagem e
240 iluminação pública no ramal Itacuruçá, no perímetro compreendido entre as comunidades São
241 João e Santo Expedito;**Proposição nº.082/2024** –de iniciativa do vereador GilvaldoQuaresma, o
242 qual requer que a Mesa Executiva da Câmara envie expediente a Excelentíssima Senhora
243 Prefeita Municipal, Francineti Maria Rodrigues Carvalho, solicitando a reforma da escola Nossa
244 Senhora do Carmo, no rio Marinquara (ilhas de Abaetetuba);**Proposição nº.083/2024**–de
245 iniciativa da vereadora Jociane Bitencourt Dias, Jô Dias, a qual requer que a Mesa Executiva da
246 Câmara envie expediente a Excelentíssima Senhora Prefeita municipal, Francineti Maria
247 Rodrigues Carvalho, e a Secretaria Municipal de Obras, solicitando serviços de terraplenagem
248 na rua Sagrado Coração de Maria - loteamento Nova Aliança, bairro São Sebastião;**Proposição**
249 **nº.084/2024** – de iniciativa da vereadora Madalena Silva, a qual requer que a Mesa Executiva
250 da Câmara envie expediente a Excelentíssima Senhora Prefeita municipal, Francineti Maria
251 Rodrigues Carvalho, solicitando recapeamento asfáltico na rua Siqueira Mendes, entre a
252 travessa São Francisco e travessa José Gonçalves Chaves (bairro São José e São
253 João);**Proposição nº.085/2024** – de iniciativa do vereador Reginaldo Rodrigues Mota, Regi
254 Mota, o qual requer que a Mesa Diretora envie convite a Senhora Raimunda Rosa Rodrigues
255 Carvalho, Secretária Municipal de Saúde, solicitando que a mesma venha a esta Casa
256 Legislativa, em sessão ordinária com data a ser acordada pela Mesa Diretora, para prestar
257 esclarecimento sobre os problemas existentes na saúde pública de Abaetetuba como um todo,
258 para que possamos dar satisfação ao povo que representamos;**Proposição nº.086/2024** – de
259 iniciativa do vereador Sotério Fagundes, o qual requer que a Mesa Executiva da Câmara envie
260 expediente a Excelentíssima Senhora Prefeita municipal, Francineti Maria Rodrigues Carvalho, e
261 à Secretária Municipal de Assistência Social, Senhora Josiane Pacheco, solicitando a
262 construção de um muro de proteção, uma calçada de acesso aos pedestres que inicie próximo à
263 rodovia, bem como uma área de estacionamento de veículos em frente ao CREAM – Centro de
264 Referência Especializado de Atendimento à Mulher;**Proposição nº.087/2024** – de iniciativa do
265 vereador Cristiano Lopes, o qual requer que a Mesa Executiva da Câmara envie expediente a
266 Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, Francineti Maria Rodrigues Carvalho, a Secretaria
267 Municipal de Obras e a Secretaria Municipal de Educação, solicitando que realize o mais rápido
268 possível a construção da quadra da E.M.E.I.FDom Ângelo Frosi, no rio
269 Tucumanduba;**Proposição nº.088/2024** – de iniciativa da Comissão da Mulher, Criança,
270 Adolescente e Idoso, a qual requer que a Mesa Executiva da Câmara realize sessão especial
271 alusiva ao “dia das mulheres que fazem a diferença”;**Proposição nº.089/2024** – de iniciativa da
272 Mesa Diretora, a qual requer que a Mesa Executiva da Câmara envie expediente a



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL
DE ABAETETUBA**

C.N.P.J.: 04.363.065/0001-52

273 Excelentíssima Senhora Prefeita municipal, Francineti Maria Rodrigues Carvalho, e ao órgão
274 competente, solicitando que o Poder Executivo realize um estudo de viabilidade para
275 implantação de uma faixa elevada em frente à catedral da Igreja Universal, localizada na Av.
276 Dom Pedro II, nº 1059, bairro Centro. Submetidas à discussão, a vereadora professora
277 Madalena Silva explanou os objetivos e como se dará a sessão especial a qual propõe,
278 sugerindo como data para a sua realização o dia 18.04, às 18:00 horas. Ainda em discussão, o
279 vereador Sotério Fagundes solicitou à Mesa Diretora que proceda a votação da **Proposição**
280 **nº.085/2024**, de autoria do vereador Regi Mota, separada das demais. Por sua vez, o vereador
281 Regi Mota explicou sua motivação em apresentar o convite para que a Secretária Municipal de
282 Saúde preste esclarecimentos sobre o caos que segundo o vereador está instaurado no
283 município. Ademais, repercutiu sobre a reportagem do Balanço Geral sobre a situação de uma
284 criança que teria recebido um péssimo atendimento na UPA deste município, fato que segundo
285 o parlamentar pode ser justificado pelo grande número de atendimentos que os profissionais do
286 local estão tendo que operar. Por fim, criticou a lentidão da Presidência da Casa em se dirigir à
287 capital para expor as demandas da cidade ao Secretário de Estado de Saúde, e solicitou a
288 imediata reabertura dos atendimentos de urgência e emergência da UBS Jair Neri. Em
289 continuidade, o Senhor Vice-Presidente colocou em votação a Proposição nº.085/2024, a qual
290 teve votos favoráveis apenas dos vereadores Regi Mota, Edinho Silva e o da vereadora
291 professora Madalena Silva, sendo, pois, rejeitada pela maioria dos presentes. Ato contínuo
292 colocou em votação as demais Proposições Legislativas, as quais tiveram aprovação unânime
293 do plenário em única discussão e votação. Não havendo inscritos para o horário destinado às
294 **LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS** e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por
295 encerrada a presente sessão e convocou a todos para a próxima sessão extraordinária, a ser
296 realizada em cinco minutos, para a discussão e votação em 2º turno dos Projetos de leis de
297 números 012/2024, 016/2024 e 017/2024. Em firmeza e para constar foi lavrada a presente ata
298 que depois de lida e achada conforme será aprovada pelo plenário e assinada pelos membros
299 da Mesa.

Abaetetuba, 02 de maio de 2024.

Alúcio Monteiro Corrêa
PRESIDENTE

Gilberto Raulino Costa
VICE-PRESIDENTE

Emerson João Negrão Rodrigues
1º SECRETÁRIO